

Em defesa das unidades de conservação, do ICMBio e da política pública ambiental!

As unidades de conservação são patrimônio do povo brasileiro. Protegem a fauna, a flora, nossas florestas e campos, as águas, os mares e os modos de vida de povos e comunidades tradicionais. Ajudam a conter o desmatamento e as enchentes e a reduzir o aquecimento global e os riscos climáticos, inclusive nas cidades. Protegem nascentes dos rios e bacias hidrográficas. Asseguram condições essenciais às atividades econômicas, como a agropecuária, a pesca, o turismo e a indústria. E possibilitam pesquisas científicas e propiciam saúde, bem-estar e qualidade de vida. Portanto, defender esse patrimônio natural, indissociado da nossas riquezas e diversidades culturais, é fundamental e responsabilidade do Estado Brasileiro e da sociedade.

Foi com esse propósito que o Brasil criou, em 2007, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), responsável pela gestão das unidades de conservação federais e por estudos sobre a biodiversidade, como partes de uma política pública ambiental, a qual tem sido construída há décadas em sintonia com a Constituição Brasileira. Uma das importantes diferenças foi passar a contar com uma instituição especificamente dedicada às áreas protegidas, seguindo os melhores exemplos pelo mundo. Assim, o ICMBio é responsável por parcela expressiva do território brasileiro, sendo também um órgão de governança territorial. Dessa forma, são necessárias estrutura e condições condizentes com suas responsabilidades de Estado.

Nós, que tivemos unidades de conservação sob nossa responsabilidade, em diferentes momentos da história, sabemos o quanto é fundamental a construção de uma instituição pública especializada e tecnicamente qualificada para a gestão das áreas protegidas e para contribuir para as políticas públicas ambientais, demandando tempo, investimentos, servidores preparados, processos participativos e uma gestão democrática.

Essa trajetória sofreu grave ruptura em governo anterior, quando órgãos ambientais foram enfraquecidos, a fiscalização perdeu capacidade, políticas públicas consolidadas foram atacadas e a proteção ambiental passou a ser frequentemente tratada negativamente e como obstáculo ao desenvolvimento.

Desde 2023, iniciou-se um processo de reconstrução de capacidades institucionais. No caso das unidades de conservação, novas áreas foram criadas, outras foram ampliadas, planos de manejo avançaram, conselhos gestores foram criados e reativados e a estrutura institucional do ICMBio foi fortalecida, assim como a sua interação com a sociedade. Ainda há muito a fazer, mas é inequívoco que o Brasil retomou uma trajetória de fortalecimento de sua política pública de conservação da biodiversidade.

É nesse contexto que vemos com grande preocupação a retomada de propostas, apresentadas atualmente, que voltam a colocar em questão o papel do ICMBio. Há propostas no sentido de rever atribuições e eliminar supostas sobreposições entre instituições. O que é um claro eufemismo para poder enfraquecer os órgãos que executam políticas públicas ambientais, entre os quais o ICMBio e o Ibama.

Nossa preocupação é ainda maior porque a pressão sobre as unidades de conservação não se limita ao Poder Executivo. Tramitam no Congresso Nacional diferentes iniciativas destinadas a reduzir, recategorizar ou alterar a proteção de unidades de conservação. O novo cenário político no Poder

Legislativo pode favorecer o avanço desse tipo de dessa natureza, tornando ainda mais importante preservar instituições públicas fortes e capazes de cumprir sua missão constitucional.

O Brasil já conhece o custo do enfraquecimento de sua governança ambiental. Não deve repetir essa experiência. Isso é ainda mais crítico quando consideramos os cenários de gravidade da emergência climática, da perda da biodiversidade e das ameaças aos territórios tradicionais, o que exige instituições públicas fortalecidas, políticas públicas consistentes e continuidade.

Neste momento decisivo para o país, manifestamos nossa defesa inequívoca das unidades de conservação, do ICMBio e de sua missão institucional. Defendemos a continuidade do processo de fortalecimento das políticas públicas ambientais e de conservação da natureza.

As unidades de conservação e o ICMBio não pertencem a um governo. São patrimônio do Estado Brasileiro e da sociedade. Assim, conclamamos a sociedade brasileira a participar ativamente do debate público e a se mobilizar por esse nosso patrimônio.

Em 16 de outubro de 2026,

Rubens Ricupero, ex-ministro do Meio Ambiente

José Sarney Filho, ex-ministro do Meio Ambiente

José Carlos Carvalho, ex-ministro do Meio Ambiente

Marina Silva, ex-ministra do Meio Ambiente

Carlos Minc, ex-ministro do Meio Ambiente

Izabella M. Teixeira, ex-ministra do Meio Ambiente

Edson Duarte, ex-ministro do Meio Ambiente

Roberto R. Vizentin, ex-presidente do Instituto Chico Mendes

Cláudio C. Maretti, ex-presidente do Instituto Chico Mendes

Paulo Henrique M. Carneiro, ex-presidente do Instituto Chico Mendes

Adalberto Eberhard, ex-presidente do Instituto Chico Mendes